

О ДІАБЕІТО АСНАДО ИА ЯЦА V. B

ІТАРОЦЌДО
САЇТІСА АО ДІАБЕІТО
Д СОРЦІІСАЌДО
Е Д ІНФОРМАЌДО



ОАГАІІЗАДОАЕС

JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR

MICHAEL CÉSAR RAMOS

ELEI CRISTINA GERALDES

FERNANDO OLIVEIRA RAUANO

JANARA SOUZA

HELGA MARTINS DE RAÇA

TALITA TATIANA DIAS RAMPINI

VANESSA NEGRAINI

O DIREITO ACHADO NA JACA

VOLUME B

**INTRODUÇÃO CRÍTICA AO DIREITO À
COMUNICAÇÃO E À INFORMAÇÃO**

ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS

**JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR • MICAEL CÉSAR RAMOS • ELEN GERALDES • FERNANDO
OLIVEIRA RAUANO • JANAIA SOUZA • HELGA MARTINS DE RAUANO • TALITA RAMPIRI •
VANESSA NEGRAI**



О ДІЯЕІТО АСНАДО ІА ЯЦА V.В

**ІІТЯОДЦЅДО СЯІТІСА АО ДІЯЕІТО Д
СОПЦИІСАЅДО Е Д ІІФОЯПАЅДО**

O DIREITO ACNADO NA ЯЦА V.B

ИТЯРОДЦЃО СЯЃТІСА АО ДІЯЕІТО Д СОРЦІСАЦЃО Е Д ІНФОРМАЦЃО

ОРГАНИЗАДОРАС Е ОРГАНИЗАДОРАС

José Geraldo de Sousa Júnior, Murilo César Ramos, Elen Cristina Geraldес, Fernando Oliveira Paulino, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Helga Martins de Paula, Talita Tatiana Dias Rampin, Vanessa Negrini.

АЦТОРАС Е АЦТОРАС

Alexandre Bernardino Costa, Ana Iris Nogueira Pacheco, Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), Angélica Peixoto, Antonio Escrivão Filho, Bárbara Lima Vieira, Bia Barbosa, Boaventura de Sousa Santos, Claudia Paiva Carvalho, Cristiano Paixão, Daniel Vitor de Castro, Delcia Maria de Mattos Vidal, Dirlene Santos Barros, Eduardo Gonçalves Rocha, Elizabeth Machado Veloso, Flávio Castro, Francisco Rocha, Gabriel Medeiro Pessoa, Geraldo Miranda Pinto Neto, Gisela Aguiar Wanderley, Gustavo Azevedo, Helena Martins, Humberto Góes, Ísis Menezes Táboas, Jacques de Novion, Janny Carrasco Medina, José Carlos Moreira da Silva Filho, Karenina M. Cabral, Leonardo Luiz de Souza Rezio, Letícia Pereira, Ludmila Cerqueira Correia, Luísa Guimarães Lima, Luísa Martins Barroso Montenegro, Marcela D'Alessandro, Marcelo Barros da Cunha, Marcos Urupá, Milton Carlos Vilas Bôas, Mônica Tenaglia, Natália Oliveira Teles, Olívia Maria de Almeida, Neuza Meller, Patrícia Vilanova Becker, Pedro Andrade Caribé, Roberto Lyra Filho, Rosângela Piovesan, Rosane Freire Lacerda, Sílvia Alvarez, Solange I. Engelmann, Thaís Inácio, Valéria Castanho, Vanessa Galassi, Viviane Brochardt.



Copyright © 2016 by FAC-UnB

Capas/Fotos Humberto Góes
Diagramação Vanessa Negrini
Revisão Elton Bruno Barbosa Pinheiro
Ficha Catalográfica Fernanda Alves Mignot (BCE-UnB)
Apoio Daniel Souza Oliveira, Guilherme Aguiar, Luísa Montenegro, Natália Oliveira Teles, Neila Pereira de Almeida, Pedro Ivo, Priscila Augusta Morgado Pessoa, Ricardo Borges Oliveira, Rosa Helena Santos
Imagens nas fotos Bárbara Amaral dos Santos, Guaia Monteiro Siqueira, Mel Bleil Gallo



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

I61 Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/
organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FAC-
UnB, 2016.
455 p.: il.; 21x30cm.
(Série o direito achado na rua, v.8)

ISBN 978-85-9-3078-06-4

1. Direito - Comunicação. 2. Liberdade de informação. 3.
Comunicação de massa. 4. Direito Constitucional. 5. Direitos
Humanos. I. Série. II. Sousa Jr., José Geraldo de.

CDU: 34:301

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UNB. Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
---------------------------	---

PARTE I	9
----------------------	---

Conceitos e categorias para compreensão do Direito Humano à Comunicação e à Informação sob a perspectiva do Direito Achado na Rua	9
---	---

Introdução Crítica ao Direito à Informação e à Comunicação na Perspectiva de “O Direito Achado na Rua” José Geraldo de Sousa Junior, Helga Maria Martins de Paula e Talita Tatiana Dias Rampin	10
---	----

O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido Elen Gerales, Murilo César Ramos, Janara Sousa, Fernando Paulino, Vanessa Negrini, Luiza Montenegro e Natália Teles	20
---	----

A Constituinte e a Reforma Universitária Roberto Lyra Filho (in memoriam)	31
--	----

A Democracia difícil: é possível um novo contrato social? Boaventura de Sousa Santos	44
---	----

Acesso à Justiça e a pedagogia dos vulneráveis Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire)	69
---	----

Ciência, comunicação, relações de poder e pluralismo epistêmico Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Gonçalves Rocha	78
---	----

Comunicação como exercício da liberdade Antonio Escrivão Filho e Ísis Menezes Táboas	88
---	----

PARTE II	98
-----------------------	----

Reflexões e trajetórias de luta pelo Direito Humano à Comunicação e à Informação	98
--	----

MARCO LEGAL	99
--------------------------	----

Sociedade da Informação, Direitos Humanos e Direito à Comunicação Marcos Urupá	100
---	-----

As mudanças no marco regulatório das telecomunicações no Brasil Elizabeth Machado Veloso	111
---	-----

Rádiodifusão comunitária: das barreiras do processo de outorga à criminalização da prestação irregular do serviço Gisela Aguiar Wanderley e Marcelo Barros da Cunha	137
--	-----

A TV Brasil e o debate conceitual em torno do Artigo 223 da Constituição Federal de 1988 Natália Oliveira Teles	144
--	-----

Os direitos autorais como expressão de liberdade seletiva no audiovisual | **Pedro Andrade Caribé**
..... 151

COMUNICAÇÃO E GOVERNO..... 158

O discurso democrático entre governo e esfera pública digital: a construção do portal Dialoga Brasil
| **Karenina M. Cabral e Francisco Rocha**..... 159

O Direito à Comunicação nos *sites* de rede social: análise das interações mútuas na página do
Humaniza Redes no *Facebook* | **Leonardo Luiz de Souza Rezio** 172

Os *sites* governamentais na era da transparência e da interatividade: um estudo de caso sobre o
site do Senado | **Valéria Castanho** 183

O acesso à cultura e o reconhecimento dos direitos culturais: experiência cubana | **Janny Carrasco
Medina** 192

DIREITO À INFORMAÇÃO..... 204

Direito de informar: a participação do cidadão comum | **Delcia Maria de Mattos Vidal**..... 205

Jornalismo e Direitos Humanos: o papel do jornalista na concretização do acesso à informação |
Angélica Peixoto e Marcela D'Alessandro..... 216

As verdades da e na gestão pública: uma leitura da lei de acesso à informação e da comissão
nacional da verdade | **Dirlene Santos Barros e Mônica Tenaglia**..... 224

Direito à Verdade e Comissões da Verdade: direito de informação sobre graves violações de direitos
humanos | **José Carlos Moreira da Silva Filho** 235

Direito à informação sobre transgênicos e agrotóxicos | **Viviane Brochart**..... 252

COMUNICAÇÃO E MINORIAS 265

Educação Jurídica Popular e Direito à Comunicação e à Informação: experiências de loucura e
cidadania | **Ludmila Cerqueira Correia e Olívia Maria de Almeida** 266

TV Universitária e o direito à comunicação e à informação | **Neuza Meller e Flávio Castro**..... 280

Políticas públicas de comunicação e de cultura em uma perspectiva multicultural: desafios para a
diversidade racial e étnica | **Luísa Martins Barroso Montenegro** 297

Ciberfeminismo e o “Direito Achado na Rede”: o ciberespaço como plataforma de inteligência
coletiva e enfrentamentos na luta feminista | **Patrícia Vilanova Becker** 306

Rádiodifusão Sonora Comunitária em Terras Indígenas: os obstáculos da colonialidade na legislação
de RadCom | **Rosane Freire Lacerda**..... 317

COMUNICAÇÃO E GOLPE	324
Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras Sílvia Alvarez e Jacques de Novion	325
Cultura, política e moral: as diversas faces da censura na ditadura militar brasileira Cristiano Paixão e Claudia Paiva Carvalho	336
Comunicação e democracia: o impacto da cobertura televisiva nas manifestações de março no Brasil Vanessa Negrini, Elen Geraldes e Janara Sousa	349
COMUNICAÇÃO ACHADA NA RUA	365
O Intervenções e a luta dos movimentos sociais pelo direito à comunicação Bia Barbosa e Helena Martins	366
Histórico da comunicação popular e contra-hegemônica do MST Solange I. Engelmann e Ana Iris Nogueira Pacheco	383
Entre Ocupar e Invadir: a disputa midiática sobre o Direito Geraldo Miranda Pinto Neto	396
Resistência e Arte: o teatro do Movimento de Mulheres Camponesas Ísis Menezes Táboas, Leticia Pereira e Rosângela Piovesan	415
Fotografia Achada na Rua: dialética e práxis sob o foco de uma câmera Daniel Vitor de Castro	423
A relação entre a luta sindical e a pauta pela democratização da comunicação Vanessa Galassi	434
AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES	445
AS AÇTORES E OS AÇTORES	446
AS ILUSTRAÇÕES E AS FOTOGRAFIAS	451

PARTE II

TRAJETÓRIAS

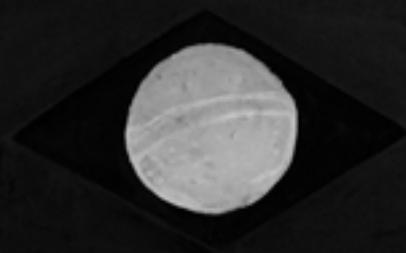
REFLEXÕES



**DE LUTA PELO DIREITO HUMANO
A PARTICIPAÇÃO E A INFORMAÇÃO**

COMUNICAÇÃO E MÍDIAS

Nº 16



O QUE ELES
FALAM DO SEU
POVO?

TV Universitária e o direito à comunicação e à informação

Neuza Meller
Flávio Castro

Resumo

O texto trata das TVs universitárias no Brasil a partir do direito à comunicação e à informação. Resgata o histórico de seu desenvolvimento no país e problematiza sua função na educação e contextos universitários. Apresenta alguns desafios colocados para a TV universitária no Brasil e ressalta a experiência da TV universitária da Universidade de Brasília – a UnBTV.

Palavras-chave: TV Universitária. Educação. Direito à comunicação e à informação.

Introdução

A primeira **Televisão Universitária** do Brasil nasceu em plena ditadura militar, em 1968. Pertencente à Universidade Federal de Pernambuco, a TV Universitária de Recife surge como parte de um projeto que tinha como *slogan*: “Projeto SACI: a fórmula para reduzir o analfabetismo”. O objetivo era promover a educação através da televisão aberta que tinha um excelente alcance. Nessa época, mais de 50% da população brasileira em idade escolar não estava alfabetizada. “Saci é a sigla de Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares, cujo ideal teve como modelo o relatório *Advanced System for Communications and Education in National Development* (Ascend), realizado pela *Stanford University*, nos Estados Unidos, de quem obteve consultoria” (MENEZES, 2001, *online*).

Na sequência, em dezembro de 1972, surgiu a TV Universitária de Natal (TVU), vinculada ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e voltada quase exclusivamente para a produção de tele aulas e programas para educação infantil (Cf. TVU, *online*). Hoje, a TVU pertence a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pode ser acompanhada em canal aberto e já digital.

Esses foram os primeiros passos no Brasil em direção ao que conhecemos hoje como ensino à distância, sendo viabilizados pelo sistema de sistema de TVs universitárias,

idealizado para aproximar a universidade da população. Um meio de fazer chegar aos mais longínquos rincões uma comunicação e informação de forma simples e clara, além das produções oriundas das universidades.

Hoje, o sistema de televisões universitárias faz parte do conjunto de TVs públicas que “determina que não tenham fins lucrativos e, portanto, seu objetivo é atingir o público como cidadão, não como consumidor, por meio de programas de interesses diversos e com cunho cultural, informativo e educativo”. (COSTA, *online*).

A TV universitária, portanto, vem atender a uma demanda da sociedade que sofre com a pouca ressonância, no que concerne à comunicação e à informação, particularmente a temas e eventos formativos no campo da educação.

A TV universitária tem uma liberdade peculiar no campo do ensino, da pesquisa e da extensão. Tem um espaço de aprendizagem prática com características que não existe em nenhuma outra emissora, seja pública ou privada. Trata-se de uma TV verdadeiramente escola, formativa de mão de obra profissional. Essa condição privilegiada para o aluno vem acompanhado de um núcleo de conteudistas¹ que só podem ser encontrados nas universidades, os quais possibilitam às TVs universitárias alcançar uma condição singular nas produções audiovisuais.

É nas universidades que estão as grandes mentes, os grandes pensadores, os grandes laboratórios e as grandes pesquisas. Todos financiados pela população através de seus impostos. A melhor forma de fazer chegar essa produção universitária até a população ainda continua sendo, como há meio século, através dos canais de televisão. Mas, quem melhor que a TV Universitária, no universo de TVs públicas e privadas, para executar esse processo com maestria?

O espaço acadêmico socorre há décadas os meios de comunicação, por meio de suas fontes, quando esses necessitam dar credibilidade às suas produções. As TVs Universitárias, nesse contexto, podem e devem desenvolver um papel singular no processo de comunicação e informação. Precisam se valer dessas fontes para produzirem e divulgarem o que as universidades desenvolvem através de reportagens, programas, aulas e debates sobre grandes temas que fazem parte do dia a dia da nação.

¹ Indivíduo responsável pelo conteúdo técnico de um trabalho desenvolvido por equipe multidisciplinar.

Conforme o dito popular “mercadoria que não é exposta, não é vendida”, também não há reconhecimento de um trabalho se não houver conhecimento sobre ele! A melhor forma ainda de se executar essa divulgação é através das TVs, que continuam sendo o meio de comunicação mais usado pela população.

A facilidade de unir imagem e som faz da televisão um instrumento intrigante e instigante para os que assistem e para os que trabalham nela. Desperta curiosidade e proporciona satisfação ao realizar uma ideia em um produto audiovisual.

A Televisão universitária tem, ao longo das últimas cinco décadas, formado uma mão de obra importante para atuar no mercado. Unindo a academia e a praticidade de realizações, proporcionando novas criações, permitindo que a imaginação flua com a pressa, a impaciência e a agilidade que são típicas dos jovens em suas efervescentes adolescências.

O padrão de televisão adotado no Brasil a partir do formato estadunidense pode não ser o ideal para nosso país. Os cursos de comunicação das universidades ainda estão muito dependentes deste modelo de TV, formando futuros jornalistas e profissionais do audiovisual. Mas é possível pensar, planejar e experimentar um novo formato de televisão no espaço acadêmico. A TV Universitária pode atuar para colocar em prática novos produtos, permitir que a criação flua e deixar que as e os estudantes tenham um espaço de experimentação constante.

Há muitas dificuldades em gerenciar uma televisão universitária, mas funcionam como um estímulo para a inovação das atividades que nelas são exercidas. Normalmente, as TVs universitárias não contam com previsão orçamentária, nem com mão de obra especializada e adequada. Os espaços físicos são inapropriados; os equipamentos minguados e defasados tecnologicamente. Mas, existem muitas e muitos estudantes querendo aprender e muita energia para aplicar nas produções que nelas nascem.

Também há desvantagens em se atuar com a maioria da mão de obra de estagiários. A mais grave delas é não ter um profissional dedicado para exercer o papel de orientador das e dos estudantes. Na sequência, horários desencontrados, devido ao processo de aprendizagem, as e os estudantes intercalam horários de aula com horários de estágio prático. Elas e eles chegam para aprender e quando estão prontas e prontos e poderiam contribuir muito mais, partem para o mercado. Mas, no final das contas, é esse mesmo o

papel de um canal universitário: ser um espaço de aprendizagem para o exercício profissional, com ênfase numa orientação que enfatize as boas práticas de comunicação e informação.

Como a falta de recurso é uma realidade de todas as TVs Universitárias, ou pelo menos da maioria delas, surge o desafio de desenvolver uma programação que contemple a finalidade social dessas TVs, levando em conta dois aspectos específicos. O primeiro deles é atender as necessidades de divulgação das produções acadêmicas e o segundo viabilizar de forma econômica essas divulgações.

Uma particularidade da televisão universitária da Universidade de Brasília (UnBTV), por exemplo, é criar modelos inovadores para suprir suas dificuldades, uma das quais a ausência de jornalistas/apresentadores/mediadores de debates. Nesse contexto, a UnBTV busca estimular a participação dos mestres e doutores, detentores de altos conhecimentos em suas áreas de atuação, para exercerem um protagonismo maior, além da mera condição de debatedor sob temas de seu domínio. É o caso, por exemplo, do programa Diálogos, no qual os docentes/pesquisadores da UnB interagem sem mediação de jornalistas.

Com muita criatividade e quase nada de orçamento, a UnBTV produz hoje 14 (catorze) programas, alguns são diários e outros com frequência semanal, quinzenal e mensal. Mas, a preocupação maior é que a informação contida neles e a participação dos contendedistas de cada um dos programas se constituam em condição peculiar na forma de se fazer uma comunicação de qualidade.

De acordo com o Relatório de Planejamento Estratégico da UnBTV, esta TV universitária tem a missão de:

[...] divulgar o ensino, a pesquisa e a extensão da UnB, difundir o conhecimento e a cultura e contribuir para a formação de profissionais em audiovisual por meio de suas produções. Pretende ser referência de TV universitária, reconhecida por sua excelência audiovisual na difusão, formação e pesquisa e por sua credibilidade como fonte de informação. É um espaço que preza pelos valores éticos profissionais, pela liberdade criativa, pela imparcialidade, transparência, inovação, qualidade, comprometimento com o trabalho, reconhecimento pelo trabalho e divulgação do conhecimento.

Nesse sentido, é necessário fazer do espaço de TV universitária um local para difusão cada vez maior da aprendizagem presencial e a distância.

A TV Universitária no campo da educação à distância: o caso da UnBTV

O papel prioritário que se atribui à educação como uma condição indispensável para o desenvolvimento do Brasil encontra, no uso da televisão e, sobretudo, no âmbito das universitárias, um bom caminho, embora ainda mal explorado: a WEBTV.

Trata-se de tecnologia na qual convergem a televisão e a *World Wide Web*, que viabiliza a oferta de conteúdo sob demanda e via *streaming*, ademais de dispor de interatividade. Em síntese, a WEBTV resulta da convergência tecnológica de computadores com o televisor.

Há no Brasil pelo menos três condições que chamam a atenção por caracterizarem um ambiente totalmente favorável ao emprego da WEBTV no campo educacional.

A primeira condição diz respeito à viabilidade do uso de tecnologia para a educação em um País de dimensões continentais. De outra forma, a tarefa de capacitação permanente unicamente por meio presencial requereria um enorme aporte financeiro, acompanhado de gigantesco esforço de planejamento para o deslocamento e a compatibilização de horário de docentes e discentes para um determinado ambiente de ensino.

A segunda condição, de cunho tecnológico e cultural, diz respeito à aceitação da população ao uso de tecnologia em seu cotidiano, bem como à melhoria das condições técnicas para a emissão e a recepção de dados via rede. Ademais, do natural barateamento de recursos tecnológicos, programas do setor público têm possibilitado a chegada de computadores e de conexão via rede *internet* para estabelecimentos de ensino médio de todo o país.

Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação, realizada em 2015 pelo Comitê Gestor da *Internet* no Brasil (CGI), comprova uma evolução do uso da *internet* no País, bem como a presença de meios como a TV e o rádio em quase 100% (cem por cento) dos domicílios brasileiros.

Criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 e alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, o CGI é responsável pela

coordenação e integração de todas as iniciativas de serviços *Internet* no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação das possibilidades ofertadas.

A terceira e última condição está relacionada ao caráter estratégico do alcance da Língua Portuguesa. De Norte a Sul, Leste a Oeste do Brasil fala-se a mesma língua – o português –, o que favorece o desenvolvimento de políticas públicas, tendo como pontos centrais o alcance da população e o emprego de excelência na formação profissional.

Eis que a utilização de recursos tecnológicos em escala intensiva – particularmente para prover as necessidades de formação continuada de profissionais da educação básica – deveria ser uma tarefa urgente e contínua.

E que as TVs Universitárias, associadas a unidades acadêmicas de instituições de ensino superior, também deveriam suprir boa parte desta lacuna formativa por meio de programação educacional direcionada a este processo.

Sabemos que a TV Digital, todavia, carece de desenvolver recursos que possibilitem a troca de informações/conhecimento. Embora ainda em estágio inicial e, portanto, limitada, a interatividade da TV digital ainda tem um longo percurso para se efetivar como um recurso bidirecional. A troca de informações entre aluno e professor, quer como uma etapa de interação quer como uma fase de mediação, consiste na essência da aprendizagem.

A interatividade implícita na dupla via constitui o elemento chave para viabilizar o emprego da TV no setor educacional de forma mais ampla e consistente. Essa característica resume “tudo o que de diferente é atribuído às novas tecnologias da informação e da comunicação por diferentes autores em função das suas posições teóricas”. (MAGALHÃES, 2001, p.69).

O que caracteriza a interatividade é a dupla via, ou seja, a possibilidade cada vez maior de transformar os participantes da comunicação, ao mesmo tempo, em emissores e receptores da mensagem, devido à evolução da tecnologia.

Para Lévy (1999), há dois tipos de interatividade: da mensagem linear – tais como as realizadas por meio da imprensa, rádio, TV e cinema e conferências eletrônicas – e a da mensagem participativa – por meio de dispositivos que abrangem desde um só participante até a comunicação em mundos virtuais, que envolvem negociações contínuas.

Esses dois tipos de interatividade estão previstos para acontecer na TV Digital. Mas, todavia, há um bom caminho para que a TV Digital seja bidirecional. Em razão desta lacuna temporária, a WEBTV surge como laboratório desta televisão.

Eis que, como já foi dito, dispõe de características e recursos semelhantes que a credencia como apropriada para a capacitação docente. Trata-se de um canal de dupla via, empregando os contextos síncronos e assíncronos por meio da banda larga que atualmente atende aos usuários dos serviços de telefonia e de acesso a *Internet*.

O conceito de comunicação de dupla via reforça a participação do aluno em seu processo educacional. Paulo Freire (1987, p. 37) ressalta a importância da comunicação contextualizada entre estudantes e professoras e professores no ambiente de ensino e aprendizagem:

[...] somente na comunicação tem sentido a vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes impostos.

Na TV universitária da Universidade de Brasília, a utilização da WEBTV foi iniciada em 2006. A experiência esteve voltada para fortalecer o campo da informação e, de modo embrionário, como um experimento que desse lugar à formação em sentido amplo. Nesse contexto, foram iniciadas as primeiras experiências voltadas para o desenvolvimento da interatividade, do chamado de canal de retorno.

Tais experiências educativas com interatividade ocorreram em palestras, não registradas em relatório próprio, que não integravam projetos pedagógicos de formação, senão que apenas de informação, prioritariamente voltados a segmentos de categorias profissionais ou a alunos de graduação e pós-graduação. Apesar de, por diferentes motivos, o emprego de tal meio ter sido interrompido, a experiência mostrou-se bastante apropriada para a instituição.

Mais que a perspectiva da viabilidade de transformação do ambiente educacional presencial, rompendo os limites de tempo e espaço próprios do contexto presencial, ficou entre os que participaram desta experiência a necessidade e urgência de tal mudança.

A ideia de transformar, na medida do possível, viável e segundo a demanda, cada sala de aula e cada auditório da Universidade de Brasília em um ambiente de aprendizagem capaz não apenas de prover informações, mas de viabilizar interatividade destinada a favorecer a aprendizagem.

E que integrem o braço educacional da UnBTV, ampliando a oferta de conteúdo e de formação a docentes e estudantes, de modo a contribuir de forma mais intensiva e significativa para o desenvolvimento do Brasil.

Referências

CASTRO, F. **Educação a distância e políticas públicas no Brasil**: uma experiência do Núcleo de Educação a Distância da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=41>. Acesso em: 29 nov. 2016.

COMITÊ GESTOR DA *INTERNET* NO BRASIL. **TIC domicílios 2015**: Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil 2015. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2015/>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

COSTA, Renata. **Qual é a trajetória das TVs públicas no Brasil?** Nova Escola, online. Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/historia/fundamentos/qual-trajetoria-tvs-publicas-brasil-499282.shtml>>. Acesso: 5 dez. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (O mundo hoje, v. 21).

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAGALHÃES, Lígia Karam Corrêa. **Formação do trabalho docente**: os sentidos atribuídos às tecnologias da informação e da comunicação. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TVU. TV Universitária. **Historia**. Online: <<http://www.tvu.ufrn.br/navegacao/tvu/historia.php>>. Acesso: 5 dez. 2016.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Projeto Saci**. Educa Brasil, online, 1 jan. 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/projeto-saci/>>. Acesso: 5 dez. 2016.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995.

 **O DIREITO
ACHADO NA RUA**

LAPCOM
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO



A Mídia
Golpista
mata todo
DIA!

